



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 236 /2009

1ª CÂMARA

SESSÃO DE 20/02/2009

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3635/2007

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200707478

AUTUANTE: PEDRO G. DO NASCIMENTO (Mat. 008.834-1-7)

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: PSI PROJECT E SYSTEM INFORMÁTICA LTDA.

CONS. RELATOR: JOÃO FERNANDES FONTENELLE

119

**EMENTA: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DIEF – FALTA DE REMESSA – PARCIAL PROCEDÊNCIA.** Falta de remessa da Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF, no prazo regulamentar, referente ao período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006. Auto de Infração PARCIALMENTE PROCEDENTE, em virtude da redução do crédito Tributário lançado, com a exclusão do período de janeiro a julho de 2005, por inexistência de normatização quanto à forma de envio e do período de agosto a outubro de 2005 por expresse comando do art. 2º da Lei nº 13.633/05. Decisão amparada no art. 1º, do Decreto nº 27.710/2005 c/c art. 4º, I da Instrução Normativa nº 14/2005. Penalidade prevista no art. 123, VI, "e", item 2, da Lei nº 12.670/96 com alterações da Lei nº 13.633/05. Recurso oficial conhecido e parcialmente provido. Decisão por maioria de votos e conforme parecer da Douta procuradoria Geral do Estado.

## RELATÓRIO

Por meio do auto de infração, ora sob análise, acusa-se o contribuinte enquadrado no regime de empresa de pequeno porte de não entregar ao Fisco na forma e nos prazos regulamentares as Declarações de Informações Econômico-Fiscais (DIEF's), ou outra que venha a substituí-la, referentes aos meses de janeiro de 2005 a dezembro de 2006.

Como dispositivos legais infringidos, a Autoridade Lançadora indica o Decreto nº 27.710/05 e os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, I, 5º e 6º da Instrução

Normativa nº 14/2005. Como penalidade, sugere o art. 123, VI, "e", item 2 da Lei nº 12.670/1996, alterado pela Lei nº 13.418/03 e pela Lei nº 13.633/05.

Instruem o presente processo os seguintes documentos: Ordem de Serviço nº 2007.12949, Termo de Intimação nº 2007.13790, Ordem de Serviço nº 2007. 02456, Termo de Intimação nº 2007.02932, Sucessivas Consultas de Situação do Contribuinte no Sistema de DIEF Referentes aos Anos de 2005, 2006 e 2007, Termo de Declaração, Emissão de DAE de Auto de Infração no Sistema de Parcelamento Fiscal, Consulta de Situação do Contribuinte no Sistema de DIEF Referentes aos Anos de 2005, 2006 e 2007, Consulta de Sócio/Responsável, de Contribuinte e de Contador no Cadastro de Contribuintes do ICMS, Aviso de Recebimento Com Ciência, Termo de Juntada de Edital de Intimação, Edital de Intimação nº 16/2007, Despacho Administrativo, todos acostados às fls. 03/26.

Não apresentada defesa administrativa, lavrou-se o competente Termo de Revelia, colacionado às fls. 26.

Decisão monocrática, atravessada nos autos, às fls. 28/30, decidiu pela parcial procedência da ação fiscal, excluindo a cobrança em relação ao mês de janeiro de 2005, pela falta de previsão legal e, intimando o autuado ao pagamento de 4.600 (quatro mil e seiscentas) Ufircs, no prazo regulamentar de 10 (dez) dias. No mesmo ato, o Julgador Monocrático, absteve-se da interposição do Recurso Oficial, nos termos do art. 66, I, do Decreto nº 25.468/99:

**Art. 66.** *Não serão objeto de recurso as decisões de primeira instância:*

*I – contrárias, no todo ou em parte, À Fazenda Pública Estadual, desde que o valor originário, exigido no auto de infração, seja inferior a cinco mil (5.000) Unidades Fiscais de Referência (UFIR's) ou qualquer índice oficial que a substitua;*

Colacionados ao presente processo, seguem ainda, às fls. 32/35 Aviso de Recebimento Sem Ciência, Correspondência ao Contribuinte, Consulta no Cadastro de Contribuintes do ICMS e Termo de Juntada dos Documentos Acima Relacionados.

Despacho da Orientadora da Célula de Suporte ao Processo Administrativo Tributário, às fls. 36/38, determina o retorno do presente processo à Célula de Julgamento a fim de que haja manifestação sobre o Recurso Oficial, pois o valor originário, considerando o valor da Ufircs do ano de 2007, era superior a 5.000 Ufircs's.

Interposto, então, Recurso de Ofício, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.732/97:

**Art. 40.** *Quando as decisões a que se referem o artigo anterior forem contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Estadual, na forma a ser definida em regulamento, deverá o Julgador de Primeira Instância interpor recurso de ofício para o Conselho de Recursos Tributários, observado o disposto no art. 44 desta Lei.*

Nova intimação foi intentada e os documentos que a comprovam seguem colacionados, às fls. 40/45.

A Consultoria Tributária, em Parecer de nº 32/2009, apresentou o seu entendimento, que dormita às fls. 47/48, pelo conhecimento do Recurso Oficial, negando-lhe provimento, no sentido de manter a decisão de parcial procedência proferida em primeira Instância, porém, nos termos deste parecer.

O representante da douta Procuradoria Geral do Estado do Ceará adotou o Parecer, supra mencionado, em seus termos.

É o Relatório.

## VOTO DO RELATOR

A autoridade fazendária responsável pela execução dos trabalhos de fiscalização acusa o autuado, enquadrado no regime de empresa de pequeno porte de não entregar ao Fisco, as Declarações de Informações Econômico-Fiscais – DIEF, ou documento que a substitua, referentes aos meses de janeiro de 2005 a dezembro de 2006.

Da análise das peças instrutoras do presente processo, verifica-se que o Contribuinte efetivamente não entregou os supracitados documentos fiscais, infringindo, portanto, as normas do art. 1º do Decreto nº 27.710/05 e as normas do art. 4º, I, da Instrução Normativa nº 14/2005, *infra in verbis*:

### Decreto nº 27.710/05

*Art. 1º. Fica instituída a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF), a ser prestada por contribuinte inscrito no CGF, ainda que não tenha havido movimento econômico.*

### Instrução Normativa nº 14/2005

*Art. 4º. A DIEF será apresentada:*

*I – mensalmente, por contribuintes enquadrados nos regimes de pagamento normal – NL- e empresa de pequeno porte – EPP -, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao período de apuração do ICMS;*

Desse modo, uma vez configurada a infração, incorre o contribuinte transgressor da norma tributária, nas penalidades previstas em lei. Há que se ressaltar, contudo, que dado os percalços da instituição da obrigação acessória de entrega das Declarações de Informações Econômico-Fiscais (DIEF's) ao Fisco Estadual, deve-se analisar a questão referente à aplicação da penalidade de modo detalhado.

Num primeiro momento, deve-se atentar para o fato de que o Decreto nº 27.710/05, o qual instituiu a DIEF, apenas entrou em vigor em

16.02.2005, de modo que não há que se exigir a entrega desse documento referente ao mês de janeiro de 2005, sob pena de incorrer em ilegalidade.

Posteriormente, há de se observar que até julho de 2005 não existia penalidade específica aplicável a esse tipo de infração. Somente com a publicação da Lei nº 13.633/05, a qual modificou a Lei nº 12.670/96, a penalidade específica aplicável aos casos de infringência, da referida obrigação acessória, foi instituída.

Entretanto, mesmo tendo a referida lei sido publicada no D.O.E - CE em 28.07.2005, a sua eficácia deu-se a partir de novembro de 2005, quando decorrido o período 90 (noventa) dias a título de *vacatio legis*:

*Art. 2º. A multa de que trata a alínea "e" do inciso VI do art. 123 da Lei nº 12.670, de 30 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 13.418, de 30 de dezembro de 2003, terá aplicação a partir de 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei.*

Desse modo, no que se refere ao período de fevereiro a outubro de 2005, em observância ao Princípio da Legalidade, basilar do processo administrativo, deve-se excluir a aplicação de pena, haja vista que até julho daquele período, como relatado, não havia previsão de pena aplicável; e de julho a outubro, a norma que previa a pena tinha sua eficácia contida pelos seus próprios termos.

No restante do período, de novembro de 2005 a dezembro de 2006, no qual ocorreu a infração às disposições normativas, aplica-se a penalidade inserta no art. 123, VI, "e", item 2 da Lei nº 12.670/96 alterada pela Lei nº 13.633/2005:

Art. 123 – *faltas relativas à apresentação de informações econômico-fiscais:*

*e) deixar o contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, de entregar ao fisco a Declaração de Informações Econômico-fiscais –DIEF, ou outra que venha substituí-la, multa equivalente a:*

*2) 200 (duzentas) Ufirces por documento, quando se tratar de contribuinte enquadrado nos regimes de Empresa de Pequeno Porte – EPP;*

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Oficial, dando-lhe parcial provimento, a fim de julgar parcialmente procedente a Ação Fiscal.

É o meu voto.

#### **DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

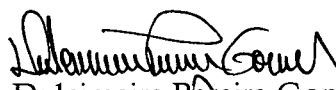
Período	Qtd Meses	Penalidade	Total
nov a dez 2005	02	200 Ufirces's/mês	400 Ufirces's
jan a dez 2006	12	200 Ufirces's/mês	2.400 Ufirces's
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>2.800 Ufirces's</b>

## DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e Recorrido **PSI PROJECT E SYSTEM INFORMÁTICA LTDA.**,


**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, por fundamentação diversa da apontada na decisão singular, nos termos do voto do relator e manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Lúcio Flávio Alves votou pela parcial procedência conforme parecer da Consultoria Tributária.

**SALA DE SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos **16** de abril de 2009.

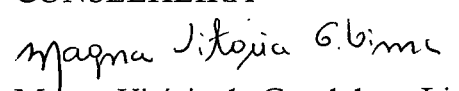
  
Dulcimeire Pereira Gomes  
PRESIDENTE

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
CONSELHEIRO

  
Jannine Gonçalves Feitosa  
CONSELHEIRA

  
Maria Elineide Silva e Souza  
CONSELHEIRA

  
Vitor Simon de Moraes  
CONSELHEIRO

  
Magna Vitória de Guadalupe Lima Martins  
CONSELHEIRA

  
João Fernandes Fontenelle  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Lúcio Flávio Alves  
CONSELHEIRO

  
Camila Borges Duarte  
CONSELHEIRA

  
Mateus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO